

A EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DA FORMAÇÃO PRÁTICA DO MAGISTRADO

Sidnei Agostinho Beneti

1. FORMAÇÃO CONCRETA DO JUIZ

Qual o objetivo da Constituição Federal ao dispor que o juiz deva realizar cursos de formação e aperfeiçoamento? Os dispositivos constitucionais¹ indicam claramente que o objetivo é a formação de um bom profissional da realização prática da Justiça.

Dirigem-se as normas constitucionais à formação do bom Juiz, isto é, o profissional dotado das qualidades inerentes à função jurisdicional, como honestidade, independência, imparcialidade, operosidade, perseverança, combatividade, urbanidade, modéstia, discrição, preparo intelectual, reconhecimento jurídico e valores semelhantes, que obrigatoriamente compõem o apanágio do bom Juiz.

Determinando a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento, a Constituição visou a resultado prático, útil à função jurisdicional, ou seja, ao treinamento de profissionais para o serviço público de Justiça, para atender às demandas dos jurisdicionados, dar adequado andamento ao serviço, julgar bem os

¹ Dispõe a Constituição Federal: *CF, Art. 93*. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: (...) *II* – promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas: (...) *c*) aferição do merecimento pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento; *IV* – previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados.”

processos – enfim, realizar a tarefa profissional concreta reservada constitucionalmente aos Juízes.

Se não julgasse imprescindível a concretização das virtudes judiciais no trabalho do Juiz, a Constituição não teria despendido dois preceitos prevendo a formação do juiz – inicial e em continuação. Nunca se extraia do texto constitucional que dispõe no sentido da formação do magistrado algo que venha pelo avesso da noção prática do bom juiz. Tudo o que levar, ainda que indiretamente, na prática, à consequência do juiz inidôneo, caudatário, dobrez, improdutivo, negligente, incivil, soberbo, teórico, espetacular, não será o desejado pela sociedade e pela Constituição – e, antes da Constituição, pela Sociedade que escreveu as normas constitucionais.

Os preceitos constitucionais sobre a formação do Juiz são âncoras de amarração do sistema de zelo pela Magistratura, como atividade profissional central da Justiça, atividade tão necessária à Justiça que a Constituição nem precisou enumerá-la entre as funções a ela essenciais². Em todos os sistemas de Justiça que o homem já experimentou em sua longa história sobre a Terra, tudo pode ter variado, menos a necessidade absoluta de uma boa Magistratura como centro da realização da Justiça em cada um dos casos concretos que se apresentam para serem julgados.

A tônica da preocupação, nesse momento, é a formação profissional concreta do Juiz, como objetivo primordial das Escolas da Magistratura, a fim de atender adequadamente ao disposto nos dispositivos constitucionais que as regem.

2. PROFISSIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DO JUIZ

Os cursos e estudos para a formação do Juiz devem ser profissionalizantes, no sentido de ensinamento prático a respeito de como exercer a função, com eficiência e justiça. É disso que a sociedade precisa, não de teorias, já cansada, aliás, dessas, embora campo de fascinante brilho intelectual, que deixa os circunstantes boquiabertos com poços de saber – muitas vezes, contudo, sem efeito prático para aquilo que os jurisdicionados buscam na Justiça, que é o julgamento concreto justo para um pleito que envolve um bem da vida.

A Constituição não prescreve cursos de formação e aperfeiçoamento para aquisição e acréscimo de conhecimento teórico a respeito de noções e institutos jurídicos integrantes do currículo das Faculdades de Direito que todo juiz, iniciante ou amadurecido, tenha tido obrigatoriamente que estudar na faculdade ou nos cursos anteriores ao acesso à universidade.

² CF, Título IV, Capítulo IV, artigo 127 e seguintes.

As Escolas de Magistratura podem, e claro, e devem ministrar aulas, seminários e cursos revendo institutos dos mais diversos ramos do Direito. Mas não é esse o objetivo precípua das Escolas da Magistratura e instituições destinadas à formação e aperfeiçoamento de Magistrados. Não devem as Escolas de Magistratura, pena de *bis in idem* cansativo, decepcionante e inútil às custas dos seus orçamentos, simplesmente repetir cursos universitários, que desviam o Juiz do exercício da concretude de raciocínio para novamente reafirmar o teorismo intrínseco à formação acadêmica – cujo paroxismo, aliás tantas vezes, causa males à própria formação acadêmica, não raro isolando-o da realidade.

Não devem, as Escolas e as instituições culturais da Magistratura deixar de realizar atividades destinadas à formação prática do Magistrado, de modo a promover a introjeção dos valores positivos da Magistratura, exigidos nos Juízes para o bom exercício da atividade jurisdicional, já antes assinalados, e de maneira a banir do corpo e da alma dos Juízes os valores negativos, que, ainda que de rara manifestação individual, tanto prejuízo causam a todos os demais Juízes e à necessária credibilidade da Justiça.

O trabalho da formação e aperfeiçoamento de Juízes tem de ser prático e efetivo. Deve treinar-se infatigavelmente, à repetição exaustiva, ao cabo da qual se automatizem condutas profissionais. Ensinar a escrever sentenças e despachos, a presidir audiências e sessões de julgamento, a tratar partes, advogados, autoridades e servidores com formalidade institucional necessária, a usar de linguagem adequada à função jurisdicional, tal como idealizada pela sociedade, a manter a equidistância, a imparcialidade e a independência ostensivas, mas sem ostentação, a julgar e executar com a discrição exigida pelo trato dos bens humanos alheios, banida busca da notoriedade no grupo profissional ou na “mídia”, a cuidar da própria vida e da vida da família e círculos de amizades, de forma a não comprometer a imagem da Justiça, que sempre acompanha o Juiz, esteja onde estiver, ainda que em atividades de recreação e descontração a que faz jus como todo ser humano, a trabalhar sob pressão do serviço, das partes, dos circunstantes, dos meios de comunicação, sem se abalar, concentrado na busca da aplicação da lei, norteados pela realização do Justo.

E não devem ser cursos de ambição intelectual desmedida. As idéias do clássico, MOURA BITTENCOURT, continham

propostas para a formação do Juiz tem a magia das coisas simples, eficazes e factíveis. Modestas, preocupadas com a frugalidade necessária a coisa pública, não exigem grandes investimentos. Contentam-se com o aproveitamento do pessoal judiciário dos Tribunais. Não prevêem gastos. Apenas trabalho e idealismo intensos³.

³ MOURA BITTENCOURT, “O Juiz”, Campinas, Millennium,

3. EXEMPLOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PRÁTICA

As numerosas Escolas, Centros, Institutos e Academias – e, mesmo, Associações de Magistrados⁴, pois essas muitas vezes madrugaram para a formação do Juiz, impulsionando muitos tribunais que ainda dormitavam – oferecem variada mostra de como se realizam atividades práticas na formação do Juiz.

Querem ver exemplos? *a)* O *National Magistrature Institute* do Canadá normalmente inclui no curso para juízes recém-nomeados, noções sobre as mudanças do Imposto de Renda e Recebimento de Honorários pendentes, por Juízes que acabaram de ser Advogados; *b)* o mesmo instituto ministra regularmente cursos de redação da decisão judicial; *c)* o centro de formação judicial holandês em Zutphen coloca futuros juízes a fazer audiências e atendimento a “partes” e “advogados” que são atores profissionais e simulam todas as possibilidades de casos; *d)* o Centro de Estudos Judiciários de Portugal realiza sessões simuladas e filmadas, para debate; *e)* o mesmo Centro trabalha sistematicamente com a redação e correção de decisões e sentenças; *f)* a *Deutsche Richterakademie* usa do “Spielprozess” (audiências e sessões simuladas entre Juízes), com acompanhamento de psicólogos forenses, para análise de reações; *g)* nos Estados Unidos, relato de experiências de Juízes em trabalhos extraordinários, como dos Juízes Federais de New Orleans por ocasião do Furacão Katrina; *h)* a *Ecole Nationale de la Magistrature* coloca auditores de Justiça a acompanhar os vários campos da atividade profissional próximos aos do Juiz e do Promotor, inclusive no exterior, com enorme proveito para a formação do futuro Magistrado; *i)* no Brasil, várias Escolas realizam atividades análogas e, por vezes, até mesmo mais criativas – permitindo-se destacar o trabalho de simulação de audiências realizado na Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal, com várias questões e incidentes de audiência, resumido em livro⁵.

⁴ As Associações de Magistrados despertaram antes dos Tribunais para a formação de Juízes. MOURA BITTENCOUR, aliás, o primeiro a cuidar da formação de Juízes entre nós, inspirou-se no tratamento do tema realizado pela União Internacional de Magistrados – UIM, no Congresso Mundial de Juízes no ano de 1962, em Roma (cf. SIDNEI AGOSTINHO BENETI, Homenagem Edgard de Moura Bittencourt.....Org. Antonio Carlos Mathias Coltro, Ed.....2008, p.....), A pioneira Escola Superior da Magistratura da AJURIS, no Rio Grande do Sul, um orgulho nacional, foi fundada pela Associação dos Juízes daquele Estado, que até hoje a mantém. A AMB – Associação de Magistrados Brasileiros criou e mantém a ENM – Escola Nacional da Magistratura, que tantos trabalhos excelentes prestou, na formação do Juiz e, mesmo, na reforma legislativa, destacando-se nela a gestão do Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA.

⁵ ANDRIGHI, Fátima Nancy; BENETI, Sidnei Agostinho. *O Juiz na Audiência*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

4. CURSO PREPARATÓRIO COMO FASE DO CONCURSO: A EXPERIÊNCIA DE SÃO PAULO

O artigo 93, IV, da Constituição Federal, indisfarçavelmente instituiu o Curso Preparatório como fase do concurso de ingresso na Magistratura. Postos de lado os bons argumentos que a matéria enseja, tem-se que esse é o sistema constitucional positivo, diante do qual devem ser buscado o melhor resultado.

O sistema enseja o atingimento de vários objetivos, inclusive a adequada observação e acompanhamento de candidatos por tempo mais alargado, de modo a se evitarem os riscos de análise diante de poucos contactos durante o concurso – insuficientes, ainda que com o auxílio de psicólogos e assistentes sociais. O principal do sistema, contudo, é abrir a porta para a formação prática profissional.

A primeira experiência ocorreu em São Paulo, no ano de 1993, sob a supervisão do autor deste trabalho e coordenação do Des. WALDEMAR MARIZ DE OLIVEIRA JUNIOR, tendo como Diretor da Escola Paulista o Des. JOSE ALBERTO WEISS DE ANDRADE. A experiência teve vários percalços, que prejudicaram fundamente o andamento do curso, conturbando a tranquilidade docente e discente. Padeceu da novidade, registrou equívocos e sofreu de enorme incompreensão – inclusive a que levou ao encurtamento do curso, durante o desenvolvimento, para quatro meses, quando inicialmente previsto e instalado para seis meses, por decisão do Tribunal, ante a necessidade de Juízes Substitutos nas Comarcas.

Mas a experiência, vista com visão histórica, foi positiva, conquanto a seguir abandonado o sistema, para sistema de realização do concurso pela Banca Examinadora de Desembargadores e representante da OAB e, depois, realização de curso de Iniciação Funcional de alguns meses.

A experiência de São Paulo foi assim resumida em outro trabalho⁶:

Por ocasião do 163º (1993) Concurso de Ingresso na Magistratura do Estado de São Paulo, já sob a égide da Constituição Federal de 1988, cujo artigo 93, IV, que estabelece a ‘previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisito para ingresso e promoção na carreira’, realizou-se em São Paulo a primeira tentativa de implantação do Curso Preparatório como Fase do Concurso de Ingresso na Carreira da Magistratura. Esse Curso assemelhava-se ao preconizado por Edgard de Moura Bittencourt, conquanto tivesse muitas diferenças do modelo de seu Estágio Preparatório. A experiência teve acertos e desacertos. Procurou-se corrigir alguns desacertos em um segundo Curso, destinado ao 164º Concurso de Ingresso. Mas prosseguiram os problemas estru-

⁶ BENETI, Sidnei Agostinho. Formação do Juiz no Pensamento de Moura Bittencourt. In: COLTRO, Antonio Carlos Mathias (Coord.). *A Revisão do Direito de família*. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2008, p. 1-16.

turais fundamentais. Abandonou-se, em São Paulo, o sistema, a partir do 165º Concurso de Ingresso, sob a nova direção da Escola Paulista da Magistratura. (...) A experiência (...), infelizmente, foi abandonada sem que todo o potencial de melhoria pudesse ser tentado. Deixa-se claro que as dificuldades da experiência de São Paulo não foram originárias do sistema de Curso e Concurso, mas, claramente, de problemas circunstanciais, decorrentes da novidade, os principais dos quais consistiram, o primeiro na desconexão entre a organização do Curso e a Comissão de Concurso de ingresso, ensejando contradição de objetivos para os próprios candidatos e o segundo na premência de nomeação de Juízes Substitutos para provimento de cargos vagos nas Comarcas. A nota a aludido trabalho sintetiza o ocorrido.

Em outro escrito⁷, esclareceu-se:

Criada a Escola Paulista da Magistratura pela Resolução TJ n. 24, de 7/12/1988, foram realizados dois concursos de ingresso segundo o sistema de previa admissão ao Curso de Formação Inicial da Escola Paulista da Magistratura, como etapa do concurso de ingresso (...). Os candidatos, selecionados pela Comissão de Concurso de Ingresso na Magistratura, foram inscritos no Curso de Formação da Escola Paulista da Magistratura, recebendo bolsa de estudos equivalente a 80% do valor dos vencimentos iniciais do Juiz Substituto e passando a ter aulas diárias em período integral, das mais diversas disciplinas jurídicas (Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual, etc.), algumas aulas e seminários práticos de formação específica para a magistratura (p. ex., Ética Judicial, Relações Humanas, Audiências, Sentenças), e, ainda, disciplinas de cultura geral (p.ex., Língua Portuguesa, Literatura, Lógica). Com avaliações mensais e final, bem como com exames psicotécnicos e investigações sociais. A duração dos cursos, inicialmente prevista para seis meses, foi encurtada, durante o desenvolvimento, para quatro meses, ante a necessidade da Presidência do Tribunal de designar Juízes para as Comarcas. Os *cursos sofreram as conseqüências negativas* decorrentes: *a)* da novidade; *b)* da amplitude curricular; *c)* da seleção de grande número de estagiários para número bem menor de cargos; *d)* do encurtamento abrupto da duração, durante o desenvolvimento dos cursos; *e)* da inexistência de entrosagem entre os Cursos e as exigências das Comissões de Concursos; *f)* da contradição entre os propósitos do curso – elevação cultural geral acentuada – e os objetivos dos candidatos – aprovação no Concurso de Ingresso; *g)* da geração de insegurança e ansiedade entre os estagiários, desviados por tempo razoável de suas ocupações profissionais em função de estágio de futuro não definido. Os *pontos positivos* foram: *a)* melhor observação pessoal dos candidatos, possibilitando detectar as verdadeiras vocações; *b)* constatação de inadequação de personalidade para a função jurisdicional; *c)* constatação de necessidade de mudança curricular para conferir caráter de concretude opera-

⁷ BENETI, Sidnei Agostinho. *Nota a "O Juiz"*, de EDGARD DE MOURA BITTENCOURT, Campinas, Millennium, 2002.

cional em treinamento para as atividades jurisdicionais; d) correção dos defeitos constatados. A experiência, contudo, não teve seguimento em São Paulo, alterando-se o sistema, após os dois cursos, para a volta ao sistema de realização de Concurso de Ingresso e, após, realização de Curso por número variável de meses na Escola Paulista da Magistratura. Mas o sistema frutificou, com alterações necessárias, no Estado do Rio Grande do Sul, sob o encargo da Escola Superior da Magistratura da Ajuris, e até hoje assim prossegue.

Espera-se que o sistema possa ser desenvolvido com sucesso, agora que reafirmado e explicitado, por disposição da Emenda Constitucional n. 45, de 8/12/2004, alterando o artigo 93, 11, “c”, IV, da Constituição Federal, sob a direção da ENFAM – Escola Nacional de formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – sob a direção do Ministro NILSON NAVES, do Superior Tribunal de Justiça, já regradada a orientação geral por intermédio da competente Resolução no STJ.

5. FUTURO DA FORMAÇÃO DO JUIZ

Ao prever a formação do Juiz por intermédio do sistema das Escolas da Magistratura, a Constituição Federal realizou opção duradoura por esse modelo, entre tantos modelos possíveis, existentes na grande vitrina do mundo. Esse modelo, entretanto, para ser útil entre nós, terá de ser nutrido da praticidade inerente às exigências da função jurisdicional. Deverá fornecer informações e treinamento profissionalizantes de Magistratura e Poder Judiciário, deixando tanto quanto possível a tendência à repetição teórica do conhecimento abstrato típico dos currículos acadêmicos. O pensamento do Juiz, no trabalho jurisdicional, é o da concretude, da aplicação da lei ao caso concreto, não o da abstração, a que, evidentemente, poderá dedicar-se, mas em outras atividades, que não a jurisdicional.

Essa formação profissional deverá realizar-se por intermédio dos cursos das Escolas da Magistratura. Desafio imenso, sem dúvida, esse que os tempos colocam sobre os ombros dos abnegados dirigentes das Escolas da Magistratura de nosso país, tão ricas em experiências multifacetárias, decorrentes da multiplicidade típica das especializações dos ramos de nosso Judiciário e da fragmentação federativa. Está-se trilhando o caminho e sem dúvida o sucesso virá. Na prática, como se for fazendo, até porque, como sempre, “*fabricando fit faber*”!

6. FINAL “DATA VENIA”

Você lembra como tudo começou, Amigo e Mestre RICARDO FIUZA? O futuro da formação do Juiz em nossa terra tem muito de seu trabalho pioneiro.

- Lembra-se da experiência que trouxe de estudo no Centro de Estudos Judiciários de Portugal e que ofereceu ao Brasil, naquele grupo idealista sob a Presidência de Sálvio de Figueiredo Teixeira⁸? Do seu “grande livreto de bolso”, quadrilíngue!!! em que explicou o sistema judiciário brasileiro, de Portugal para o Mundo⁹, e que eu vivo levando a colegas estrangeiros?
- Quanto você cresceu ao movimento das Escolas, trabalhando nas Minas Gerais na “Escola Judicial Desembargador EDÉSIO FERNANDES”, um modelo e um primor! O trabalho como Secretário do Tribunal de Justiça? E a intensa atividade docente?
- É de seu contrerrâneo de Itabira, aquele verso certo de “Resíduo”, que diz que “de tudo fica um pouco”. De você, uma imensidão, Ricardo. Em cada Magistrado, em cada aluno de seus cursos e palestras, na querida família, em cada amigo desses amigos como são os seus, sempre para sempre...
- Quando se escrever a história das Escolas da Magistratura, Ricardo, seu nome estará lá. Perenizando sua inteligência, seriedade, cultura, tudo dosado com senso de humor, algum vinho e sempre com aquele jeito de “mineiro mais português do mundo, ou vice-versa”, como uma vez escrevi!
- Parabéns pela obra em sua homenagem. Aqui vai o meu mais afetuoso abraço, a você e à Janice – e também o da Silvia!

Brasília, 26 de novembro de 2008.

⁸ Ver “Tempos de Sálvio”, em *Revista da ENM*, Escola Nacional da Magistratura – AMB.

⁹ FIUZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. *O Poder Judiciário no Brasil*. 1. ed. 2. tir. Ed. Quadrilíngue em português, inglês, francês e espanhol. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.